


CARTILHA DE BOAS PRÁTICAS DO SERVIDOR PÚBLICO

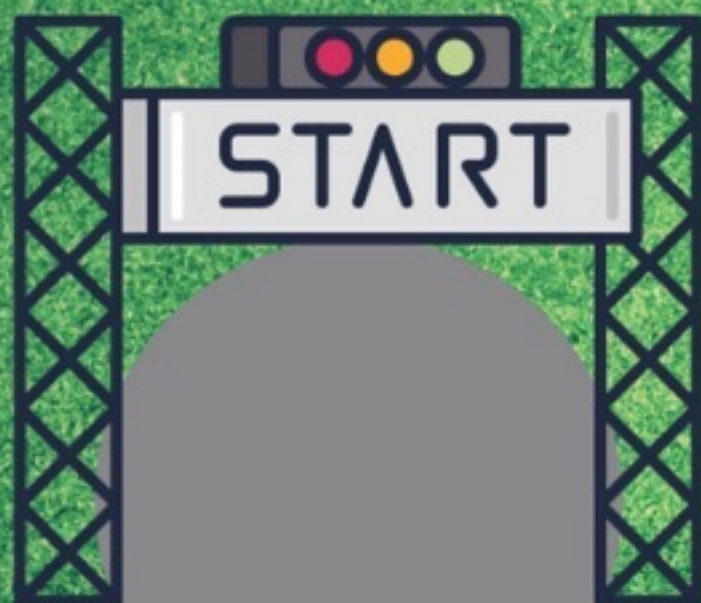


***LEI GERAL DE
PROTEÇÃO DE DADOS***

Aqui você está protegido!



Olá, eu sou o
Transparício, o gestor
mais querido do Brasil, e
te convido a correr
comigo rumo a uma
gestão nota 10!



28º- LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Em âmbito nacional, já está vigente a LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS nº. 13709/18, que dispõe sobre o tratamento e dados, regulando e limitando o uso de informações pessoais, com intuito de proteger direitos fundamentais de liberdade e privacidade dos cidadãos. Com vigência escalonada desde 2018, essa lei trouxe inúmeras implicações, inclusive sanções administrativas que precisam ser observadas com cuidado.



27º – PODER PÚBLICO COLETA E ARMAZENA DADOS PESSOAIS E SENSÍVEIS

A maior coleta de dados é realizada pelo PODER PÚBLICO, são armazenadas informações pessoais diariamente e, por esse motivo, torna-se responsável pela sua utilização, compartilhamento e armazenamento. Deve ser assegurado ao titular de dados a proteção e privacidade deles, bem como é obrigatório manter a transparência sobre a finalidade e o uso das informações.



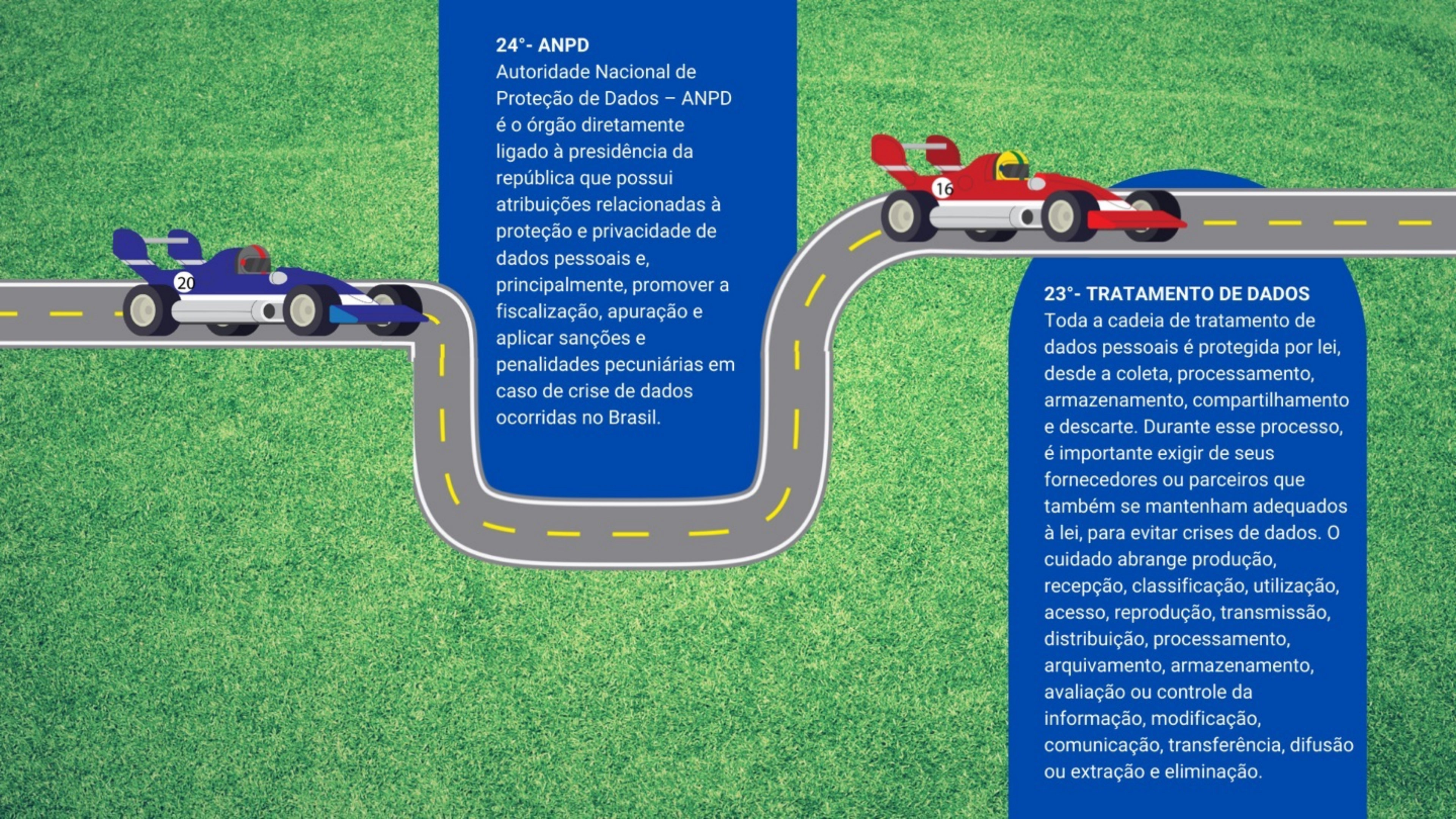


26° - DESAFIOS LGPD

A adequação à LGPD exige providências profundas em conformidade e transformação no poder público e, com toda certeza, são nas atitudes do dia a dia que vamos aperfeiçoando a compreensão e replicação das boas práticas que a lei inova. Pode-se dizer que o maior desafio é na MUDANÇA CULTURAL, para que a disseminação destas boas práticas aconteça de forma rápida e permanente.

25° – ABRANGÊNCIA

Tanto a pessoa jurídica de direito público, como a pessoa jurídica de direito privado, startups, pequenas, médias e grandes empresas devem se adequar, variando apenas o nível de exigência. Mas, em todas as situações, a lei protege quaisquer tipos de dados pessoais: (nome, endereço, números de documentos, hábitos pessoais, dados de saúde, dados laborais, menores e idosos), documentos físicos, virtuais, imagem, som e/ou biometria.



24°- ANPD

Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD é o órgão diretamente ligado à presidência da república que possui atribuições relacionadas à proteção e privacidade de dados pessoais e, principalmente, promover a fiscalização, apuração e aplicar sanções e penalidades pecuniárias em caso de crise de dados ocorridas no Brasil.

23°- TRATAMENTO DE DADOS

Toda a cadeia de tratamento de dados pessoais é protegida por lei, desde a coleta, processamento, armazenamento, compartilhamento e descarte. Durante esse processo, é importante exigir de seus fornecedores ou parceiros que também se mantenham adequados à lei, para evitar crises de dados. O cuidado abrange produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração e eliminação.



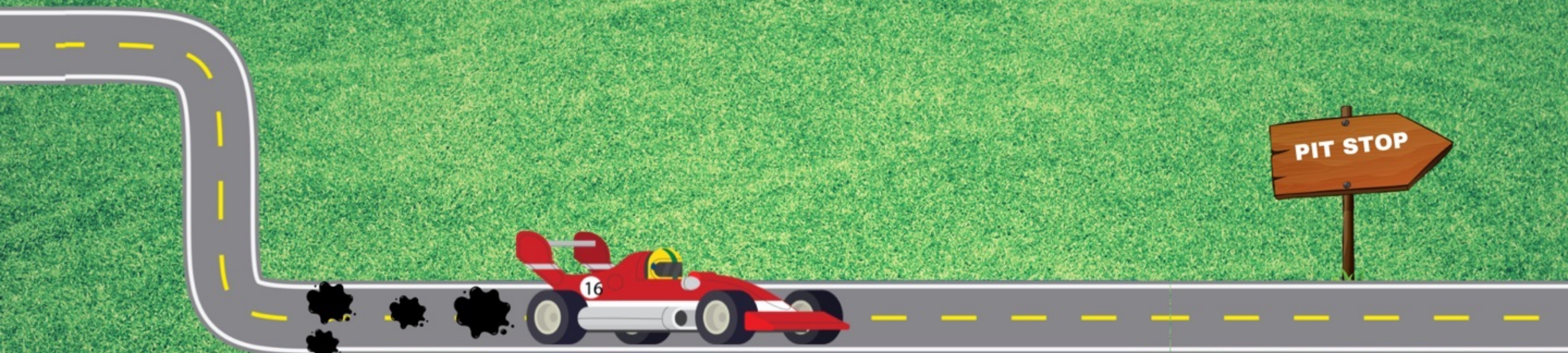
22° – DADOS SENSÍVEIS

A LGPD se refere especificamente aos dados sensíveis, sendo estes tratados com mais rigor, pois o acesso indevido pode causar segregação ou discriminação do titular dos dados. Então, são eles: dados relacionados à personalidade (genético ou biométrico), origem racial, dados de saúde, convicção religião ou política, filiação a sindicato, orientação sexual ou religiosa. Esse cuidado inclui os dados das crianças, adolescentes e hipervulneráveis.



21° – RISCO E SIGILO

Fique sempre atento! Os dados que você acessar no desempenho de suas funções profissionais são muito valiosos, existem pessoas mal-intencionadas querendo acesso a eles o tempo todo. Cuide dos dados do cidadão ou do cliente como você gostaria que suas informações pessoais fossem tratadas. Fique atento aos riscos mantendo a proteção e o sigilo das informações.

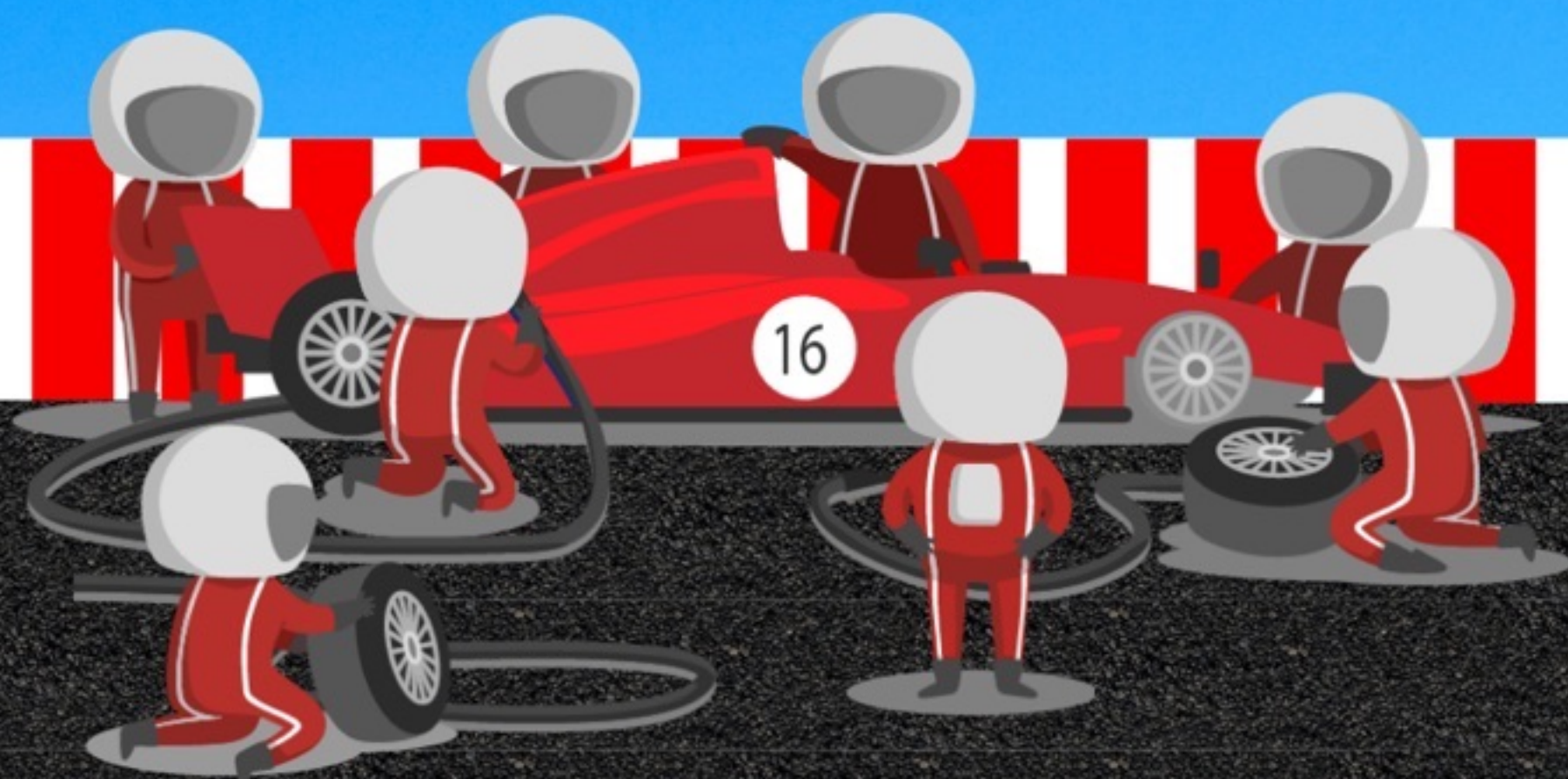


20° - VAZAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

Já ficou claro que é possível ocorrer vazamento de dados pessoais, não é? Assim, devemos lembrar que o cuidado deve ser constante para evitar acessos não autorizados, coletas excessivas, dados repassados para terceiros ou divulgados na internet de forma indevida. Por esse motivo é tão fundamental aplicar as recomendações das políticas de privacidade e segurança que foram criadas para você e sua equipe, no módulo proteção de dados.

Volta 2

COMO EVITAR VAZAMENTOS?



19° – SENHAS FORTES

Reforçar as senhas de acesso as contas dos usuários com números, letras e símbolos, ter um gerenciador de senhas no sistema com prazo de validade pré-definido e, em hipótese nenhuma, repassar sua senha para terceiros ou guardar o número em local de fácil acesso. Todas as senhas que criamos são pessoais e intransferíveis.

Outra informação importante é que NÃO devemos repetir senhas, colocar datas comemorativas ou sequencia padrão, ex. 123456. Assim, evita-se o vazamento e acessos não autorizados pela obviedade numérica.



18° – DESCARTE DE DOCUMENTOS E MÍDIAS

Ao descartar documentos e mídias (pen drive e discos) que contenham dados pessoais, tome o devido cuidado para torná-los imprestáveis para terceiros. Sempre que possível utilize o triturador, esses equipamentos são acessíveis e de fácil utilização. Já em relação aos dados armazenados, você pode sobrescrever discos, restaurar opções de fábrica ou destruir fisicamente o hardware. Também é interessante utilizar métodos de evidência, por meio de protocolos numéricos e/ou e-mails de aviso automáticos para que o titular de dados saiba que o descarte foi realizado, informe-se dos procedimentos adotados pelo setor de tecnologia ou através do Encarregado/DPO.

17° - EVITE ACESSAR

Muito cuidado quando resolver acessar sites, abrir arquivos, clicar em imagens que você não tenha certeza de sua procedência e originalidade. Mesmo que o texto enviado remeta a uma situação de urgência ou comoção. Em caso de dúvidas, contate imediatamente sua chefia direta ou o setor de tecnologia da organização envolvida e busque maiores informações.

16° - VERIFICAÇÃO DE TELAS E LINKS DE ACESSO

Antes de se logar no e-mail institucional, portal, servidor, imprimir aquele boleto para efetuar um pagamento ou aceitar aquela promoção relâmpago, verifique as telas, os endereços eletrônicos, os links e demais informações do local de acesso.

Existem inúmeros dispositivos e armadilhas que são enviados pela internet para bloquear computadores, invadir sistemas, sequestrar senhas e informações para golpes, desvios de dinheiro ou pedidos de resgate.





15° – BLOQUEIO DE TELA

É importante que os notebooks, tablets, desktops e celulares tenham proteção de tela que somente permitam acesso com a utilização de senhas. Assim, caso haja ausência do usuário do equipamento por longo período, o bloqueio automático evitará que alguém não autorizado tenha acesso ao computador e as informações que você possui.

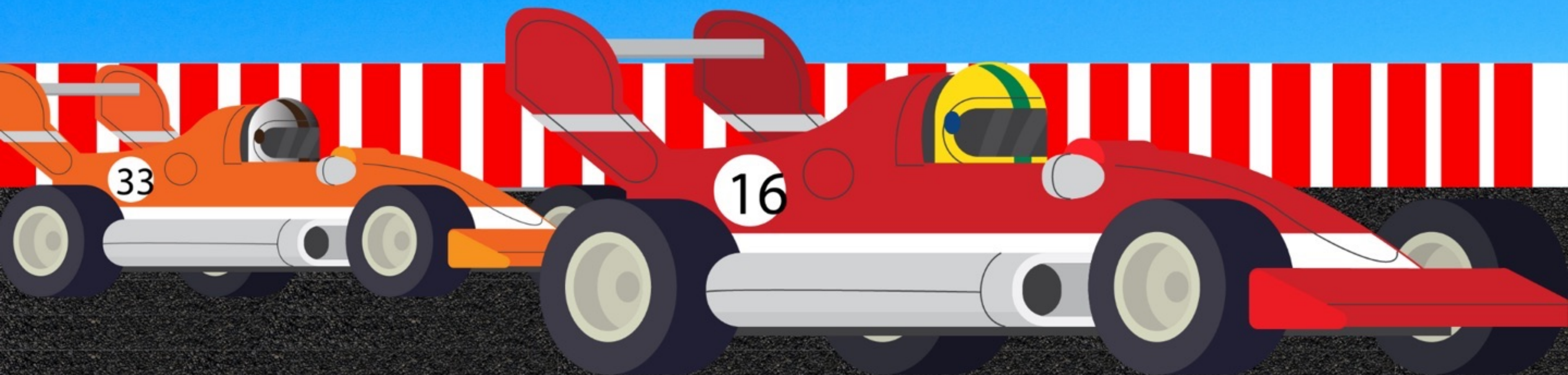
14° – LOGOUT

Tenha sempre certeza de que você saiu do aplicativo, sistemas, conta de e-mail, chats, WhatsApp e outras ferramentas utilizando o (logout), principalmente se estiver utilizando equipamentos compartilhados. Com essa medida, evitará acesso indevido de dados e informações.



 ***Volta 3***

***O DIA A DIA NO
TRATAMENTO DE DADOS
PESSOAIS.***



13° – REAL NECESSIDADE

Ao solicitar os dados de alguém, questione-se sobre a real necessidade de coletá-los para aquilo que se pretende, e se legalmente você está amparado para tratar aquela informação. Cso entenda que não pode coletar, pois são indevidos ou não há necessidade, converse com sua chefia direta e esclareça a dúvida. Faça sugestões, elas são importantes para a evolução das boas práticas.

12° – PRINCÍPIO DA FINALIDADE

Os dados pessoais coletados deverão ser utilizados apenas para as finalidades específicas ou estritamente similares para as quais foram coletadas e devidamente informadas aos titulares.



11° – BASE LEGAL

Todo fluxo de tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis tem uma base legal que justifique, este item está literalmente previsto na lei, e deve ser muito bem observado pelo CONTROLADOR E OPERADOR.

10° – MINIMIZAÇÃO DE DADOS e RETENÇÃO MÍNIMA

As práticas de minimização de dados tratam de que você deve utilizar a menor quantidade de dados pessoais que permita a consecução de seu trabalho. Já em relação à retenção mínima, após alcançada a finalidade e o prazo de armazenamento, deve ser realizada a menor retenção possível de dados ou a imediata exclusão destas informações.





9° – COMPARTILHAMENTO DE DADOS

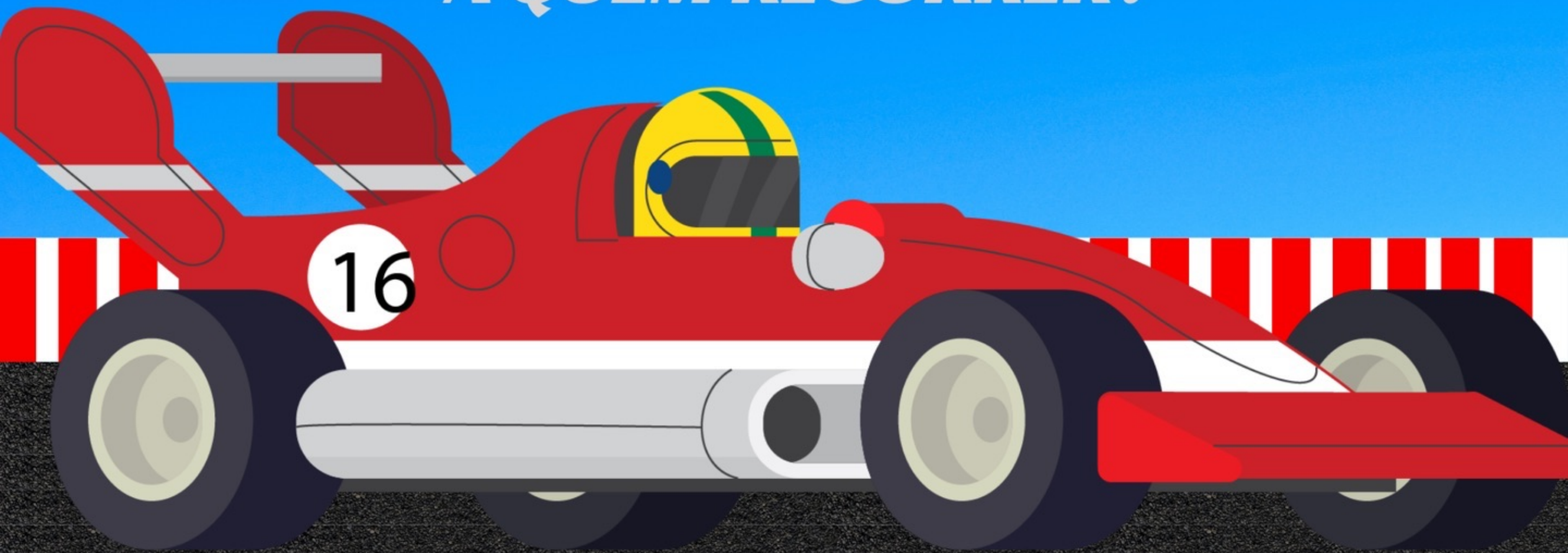
Muitas vezes o PODER PÚBLICO ao utilizar dados pessoais, necessita compartilhá-los com terceiros que fazem parte da cadeia de tratamento de dados e estejam legalmente autorizados para acessá-los, ex.: cumprimento de contrato, cumprimento de obrigação legal ou regulatória, execução de políticas públicas. Importante lembrar que os demais CO-CONTROLADORES ou OPERADORES devem estar adequados a LGPD.

8° – INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS/ PRIVADAS

Caso você tenha acesso às informações confidenciais em sua secretaria ou órgão, é obrigação legal e profissional que seja mantido segredo sobre elas. No tocante as informações privadas de colegas, familiares e outros titulares de dados sem relação direta ao trabalho desenvolvido, você não deve comentar ou divulgar, pois isso pode colocar em risco a segurança destas pessoas.

🚩🚩 *Volta 4* 🚩🚩

A QUEM RECORRER?



7° – ENCARREGADO ou DPO (data protection officer)

Este profissional pode ser uma pessoa física ou até uma pessoa jurídica com vasto conhecimento sobre a LGPD, POLÍTICAS DE PRIVACIDADE, POLÍTICAS DE SEGURANÇA. Além disso, o encarregado (DPO) é pessoa responsável por atuar como canal de comunicação entre a ANPD, TITULAR DE DADOS E CONTROLADOR.

Nossa gestão te oferece um encarregado (link para acesso), esta pessoa é referência também para ser contatada em casos de incidente de segurança com dados pessoais, sugestões de melhorias e orientações sobre proteção de dados.

6° – EMAIL INVADIDO/SENHA CORRUMPIDA

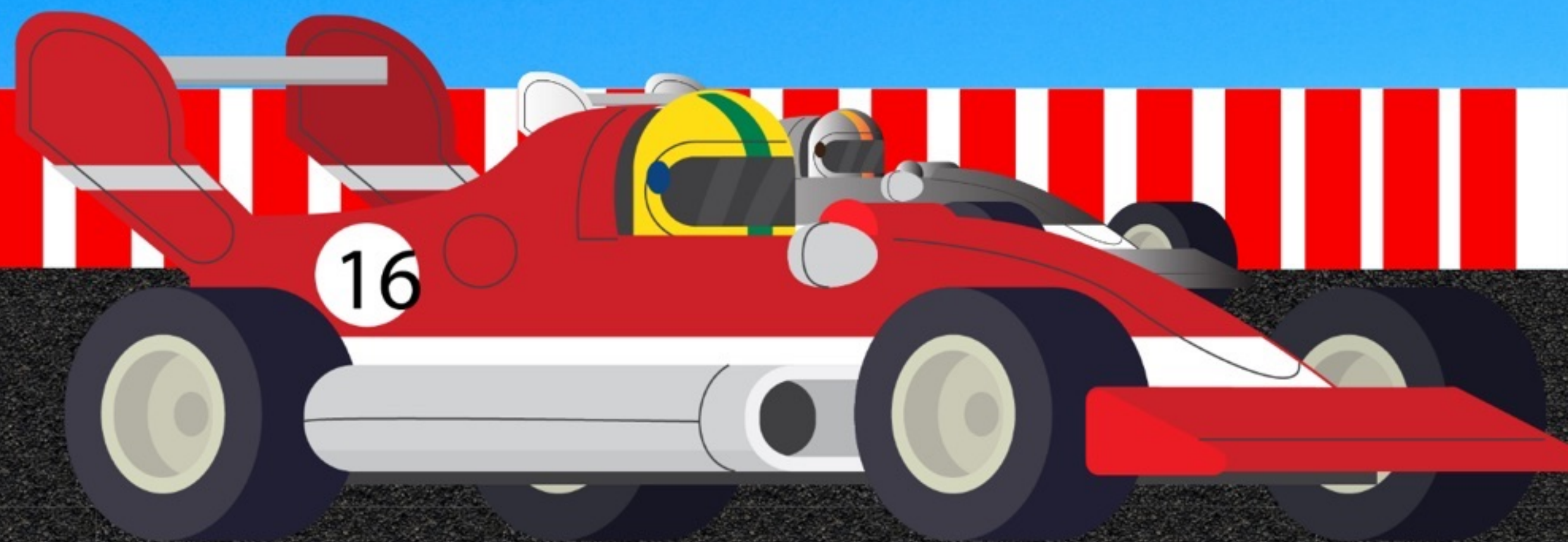
Em caso de e-mail invadido, evite se logar durante a invasão e procure imediatamente ajuda ao setor de tecnologia.

Em caso de problemas com sua senha de acesso, procure imediatamente ajuda ao setor de tecnologia.



 ***Volta 5***

***COMO ESTAMOS NOS
ADEQUANDO?***



5° – DECRETOS/PORTARIAS

Além da designação do encarregado (DPO), foi designado um comitê de segurança e proteção de dados para dar o suporte necessário às demandas internas setoriais deste órgão público, por meio de decretos/portarias.

4° - COMITÊ DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO DE DADOS

Esse grupo engloba um servidor de cada secretaria que fica responsável em fomentar as políticas e replicar as boas práticas, bem como auxiliar as medidas implementadas pelo encarregado e o setor de tecnologia em caso de crises de dados pessoais.

3° – NOSSO SITE

Fique atento ao nosso site, nele divulgamos os trabalhos sobre proteção de dados pessoais, legislação específica, materiais informativos que vão nos ajudar nesta jornada de aprendizado.

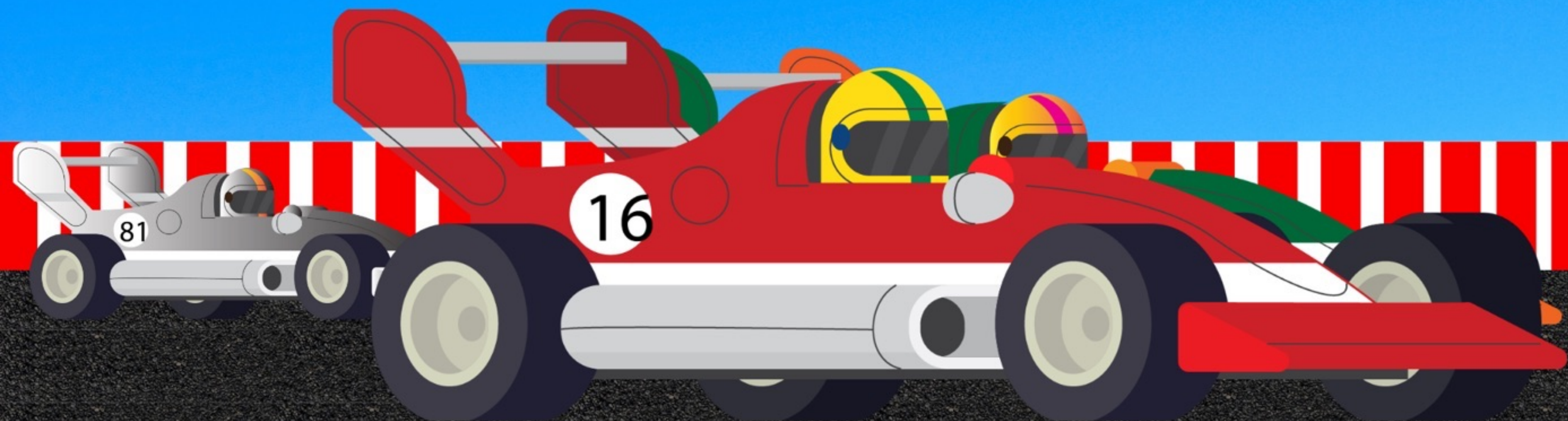




Volta Final



ATENÇÃO REDOBRADA.



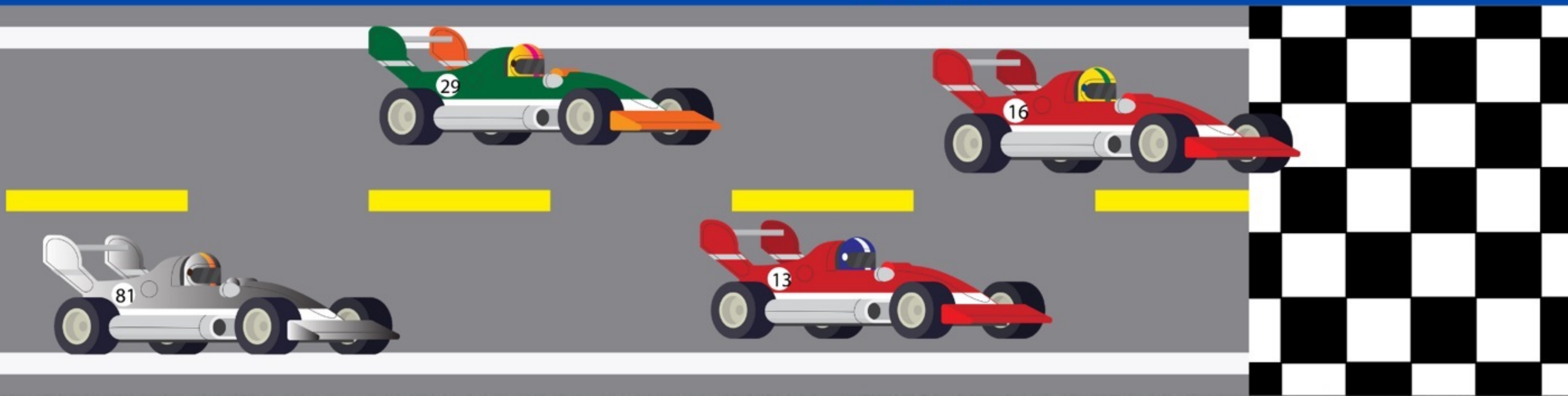
2°-AMEAÇAS


Tenha muito cuidado com seus acessos, pois, DIARIAMENTE, recebemos ameaças de invasão, capturas de senhas e sequestro de dados em nossos sistemas e WEBMAIL.

Nossa segurança também é sua!

1°- PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A tarefa de proteger informações pessoais do cidadão é dever de todo servidor público, evite situações que podem comprometer a segurança de dados.





Parabéns, campeão!
Te vejo numa próxima
aventura.

Gestão Nota 10

16



máxima

t e c n o l o g i a

Desenvolvido por:

Máxima Tecnologia LTDA

Consultoria LGPD: Sandra V.M.Fernandes (83) 988560855

Certificação - Exin Foundation

Versão 01/2022

Todos os direitos reservados

2022